

## Apresentação

No início do segundo semestre de 2016 foi aberto uma chamada para os alunos do programa de pós-graduação TerritoriAL e para a comunidade acadêmica em geral e os artigos selecionados passaram por pareceristas em sistema de *blind review*.

Este dossiê da Revista NERA, marca a produção da primeira turma do Programa de Pós-Graduação “Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe” - TerritoriAL, vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, da Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho.

A proposta pedagógica do programa, visa o desenvolvimento do conhecimento, compartilhado entre a universidade e os movimentos socioterritoriais, sobre a problemática agrária na América Latina e Caribe.

O Programa TerritoriAL é fruto do convênio entre a UNESP, a Cátedra da Unesco em Educação no Campo e a Escola Nacional Florestan Fernandes.

Os alunos da primeira turma da pós-graduação, adotaram como identidade, o nome de José Mariátegui, homenageando o escritor peruano, que viveu entre o final do século XIX e o início do século XX. Sua obra analisa, sob o enfoque do materialismo histórico e dialético, o processo capitalista de apropriação e desenvolvimento territorial peruano, frente à uma herança indígena incaica, comunitária, de produção e organização agrária, em que abundava a produção de subsistência, coletiva e com forte vínculo com a terra (MARIÁTEGUI, 2007).

O desenvolvimento territorial da América Latina tem sido marcado por mudanças de paradigmas, na relação entre sociedade e a apropriação da terra. As civilizações Pré-Colombianas, Andinas e silvícolas, possuíam um modo de organização de seus territórios que foi radicalmente alterado, pela colonização europeia e o modelo mercantil implantado (GONÇALVES, 2012). Ao longo dos séculos, a América Latina foi sendo moldada por uma forma brutal do capitalismo de apropriação da terra. Entretanto, o sofrimento dos descendentes dos povos pré-colombianos, descendentes de africanos escravizados, de camponeses e assalariados, descendentes da mistura entre europeus, africanos e indígenas, provocou uma resistência que historicamente vem se organizando e se estruturando como movimentos sócio territoriais. Nos dias de hoje, a violência no campo contra camponeses, quilombolas e indígenas, a degradação ambiental, a falta de infraestrutura básica, o uso de agrotóxicos, a ciência e educação em favor do agronegócio, contrasta com as lutas dos movimentos sócio territoriais do campo, apoiadas pelas recentes políticas públicas, associadas à participação social, em níveis nacionais, regional e local, com o desenvolvimento de sistemas de políticas setoriais, de participação e/ou de informação. Dessa maneira o desenvolvimento territorial contemporâneo é resultante da hegemonia do capital transnacional e nacionais que produzem territórios-mercadoria e que por sua vez, se confrontam com ações

contra hegemônicas enraizadas por vezes em tradições e memórias pré-coloniais e por outras vezes em novas proposições tecno-científicas que se norteiam para um mundo justo, equitativo e ambientalmente saudável.

A ideia da adoção de um nome, no caso da primeira turma: José Mariátegui, para identificar uma turma, é coerente com a ideia de um trabalho coletivo, de turma, o que é *sui generis* em um programa de pós-graduação *strictu sensu*. Portanto, um dos resultados dessa coalisão entre os alunos, a UNESP, a Cátedra da UNESCO e a ENFF é a publicação desse dossiê da revista NERA.

Organizamos os artigos que caracterizam expõem as contradições do processo de desenvolvimento agrário no modo de produção capitalista no Brasil e em alguns países latino-americanos e artigos que apresentam estratégias de luta camponesa, sobretudo ancoradas em propostas educativas emancipatórias dos camponeses.

Os autores Adelson Rocha Lima, Eduardo Paulon Girardi, Daniel Mancio e Diorgines da Costa Lima apresentam o processo de desenvolvimento geopolítico adotado pelo setor de celulose e eucalipto na região norte do estado do Espírito Santo. Analisam as relações Inter escalares de poder que foi determinante na produção do espaço da região norte do estado do Espírito Santo. Demonstram pela análise da estrutura agrária, que o processo que vem ocorrendo é o da concentração fundiária, com a diminuição do número e extensão dos pequenos estabelecimentos e aumento dos médios e grandes. O artigo expõe além dos problemas sociais, os prejuízos ambientais resultantes do cultivo do eucalipto como os diversos tipos de desertificação causados pelo agronegócio do eucalipto e celulose.

Também tratando do processo de produção agrária no Espírito Santo, Paulo Cesar Aguiar faz uma abordagem histórica, desde o período colonial quando se deu a desterritorialização indígena, até os dias de hoje, com o predomínio do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa. Demonstra a força do modelo capitalista no processo de produção territorial mediada pelo modelo técnico, cuja do lucro como motor desse processo, em detrimento de outros valores, tais quais, os presentes na vida de quem tem na terra, muito mais que seu sustento, mas sua identidade de vida.

Um dos conflitos que representam a luta entre camponeses e latifundiários no sertão nordestino é a luta pela terra e pela água. No caso do estado da Paraíba, Emília Rodat Fernandes Moreira, André Paulo dos Nascimento, Raisal Maria Regala, Ivan Targino, Juliana Fernandes Moreira e Pedro Costa Guedes Viana abordam os conflitos a partir de uma tipologia desenvolvida pela CPT que envolvem três tipos de conflitos: uso e preservação, Barragens e açudes e apropriação particular da água. Tratam a questão da água e a luta pela terra como temas indissociáveis e apontam a importância do estado, como mediador desses conflitos, sobretudo, como forma de empoderamento da luta camponesa.

Em outro Estado do Nordeste Brasileiro, Talles Adriano dos Reis e Lucas Barbosa Pelissari apresentam um estudo sobre a estrutura fundiária da Zona da Mata Pernambucana e demonstram o quão é contemporânea a concentração das terras na mão de grandes proprietários de terras. Também apresentam evidências que onde ocorrem os assentamentos resultantes a política de reforma agrária, os índices de distribuição de renda (GINI) apresentam melhor desempenho do que em regiões comparadas a essas. Todavia, argumentam que a realidade da Zona da Mata Pernambucana está longe de ser justa e equitativa do ponto de vista da renda e das condições de vida da população do campo. Essa insuficiência decorre das interrupções da política de reforma agrária e do desenvolvimento da agricultura camponesa. Os autores finalizam indicando que os avanços não ocorrerão por benevolência do estado e do capital.

A expressão do capitalismo no processo de estruturação territorial é apresentada por Lívia Morena que expõe inserção do Haiti na lógica do capitalismo globalizado, definindo-se sua posição na divisão espacial do trabalho como um país periférico, inicialmente subjugado pela hegemonia francesa no período colonial, em associação com a elite haitiana e mais recentemente sob influência da hegemonia Norte Americana com apoio da Cooperação Internacional.

Ener Vaneski Filho e Nashieli Rangel Loera elaboraram uma revisão bibliográfica sobre trabalhadores sem terra do Brasil e do Paraguai e do processo das lutas e assentamentos desses trabalhadores em ambos países. Apresenta os conflitos e repressões sofridas, com base em relatos da vida cotidiana desses trabalhadores no Brasil e no Paraguai expondo as especificidades dessa luta em uma região fronteiriça.

A juventude camponesa, filhos de camponeses que se veem em um dilema entre a urbanização e o desejo de manterem o vínculo com a terra. Esse é o tema abordado por Gabriela Troillo e Maria Nalva Rodrigues Araújo apresentam as soluções de resistência de jovens sertanejos, que buscam a desintermediação da cadeia produtiva agrária como forma de viabilização econômica e social. Como estratégia fundamental o autor indica que a organização comunitária como meio de viabilização da estruturação de uma cadeia produtiva viável que une produtores e consumidores promovendo-se o desenvolvimento social e a soberania alimentar.

Jailton dos Santos Andrade e Sílvia Aparecida de Sousa Fernandes enfocam em seu trabalho as demandas e pressões populares por uma educação pública e emancipatória, no campo. Discutem a Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE) que oferece educação contextualizada na realidade local e profundamente comprometida com o desenvolvimento do semiárido brasileiro, ainda marcado pela estrutura fundiária de grande concentração de terras na mão de latifundiários. Dilemas seculares, ainda tão atuais.

Gracieda dos Santos Araújo e Pedro Ivan Christoffoli discutem a educação no campo como instrumento de luta camponesa na Bahia, sobretudo daqueles envolvidos na produção de sisal. Trata da organização cooperativada dos produtores de sisal e da perspectiva da economia solidária. Trata da educação em duas vertentes: uma na perspectiva de integração a lógica capitalista e outra como instrumento das lutas sociais de transformação social.

Com esse dossiê pretende-se expor publicamente a realidade conhecida por alguns alunos, representantes dos movimentos sociais do campo, em diálogo com os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe – TerritoriAL. A intenção é a de publicarmos futuramente, novos trabalhos que possam inspirar as transformações sociais e territoriais na direção de um Brasil e América Latina mais justos e equitativos.

Davis Gruber Sansolo

## Referências

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 9, n. 1, | 2012.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana**. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, Colección Clásica, No. 69, 2007.